

# Hora de programar a retomada

Com a proximidade do Dia das Mães, é possível que a decisão tomada na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de acabar com os limites de crédito para empréstimos venha a ter algum efeito, embora a massa dos consumidores não se sinta encorajada a endividar-se, estando os juros no patamar em que estão. Mesmo com o corte previsto no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que está na dependência de um decreto presidencial, diminuindo a cunha fiscal, os empresários não esperam que a economia se acelere, até, pelo menos, meados do segundo semestre, o que confere exatamente com o que deseja a equipe econômica.

Como disse explicitamente o diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, as medidas melhoram apenas a vida dos bancos, uma vez que "o crédito passa a ser feito pelas instituições financeiras". O governo reconhece que a cunha fiscal gera desintermediação financeira, como já haviam prevenido economistas, e para amenizá-la busca uma forma de conter o nível de inadimplência nos bancos, que aumentou de 11,8% em fevereiro para 12,7% em março, segundo ainda Lopes.

Não é difícil detectar o rumo da política econômica do governo, que todos sabem que está dominada pelo combate sem tréguas à inflação. O que confunde os analistas é a tomada de medidas pontuais, como a liberação de prazos para operações de crédito, alguma mexida no

IOF, que tendem a fazer crer que o governo está muito preocupado com a taxa de crescimento medíocre que o País vem registrando neste ano.

Se não é válida a comparação com o primeiro trimestre de 1995, quando a taxa anualizada de crescimento da economia chegou a beirar 10%, e se também não é válida a comparação com o quarto trimestre do ano passado, em vista de fatores sazonais, não são poucos os economistas que prevêem que o nível de atividade, hoje estagnado, dificilmente

**O desaquecimento  
já foi longe  
demais e o  
PIB talvez não  
cresça mais  
3% neste ano**

permitirá que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha um crescimento de 4% neste ano. A previsão corrente varia entre 2,5% e 3%.

Apesar dos reflexos que isso vem tendo sobre a popularidade do governo, principalmente entre as classes de renda média, tão penalizadas nessa etapa do processo, isso não parece preocupar a equipe econômica, que continua a rejeitar qualquer alternativa que possa significar realmente um afrouxamento, como seria a redução do recolhimento compulsório dos bancos.

O que o CMN tem feito, agindo oportunisticamente e com o máximo de segurança, é aproveitar esse período para ir liberando a economia de alguns constrangimentos que lhe foram impostos no início do ano passado e cujos efeitos contraproducentes já se têm feito sentir mais agudamente. Para conter as pressões soci-

ais, o governo tem lançado mão de instrumentos como o Pró-Emprego, tem tomado iniciativas que muito prometem para o futuro, com o lançamento do Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), as concessões de serviços públicos vêm sendo aceleradas, mais até que as privatizações, mas não se pode dizer que o País tenha hoje um projeto de desenvolvimento.

Sem dúvida, se o processo de reformas tivesse tido uma tramitação mais rápida, isso se tornaria mais fácil, mas, em nosso entender, tudo aconselha que o governo estruture desde já uma política que permita um crescimento econômico compatível com as aspirações da massa da população. Apesar de tudo, a economia continua crescendo, a inflação está sob controle e para mantê-la assim não é necessário praticar taxas de juros tão selvagens, e o Brasil pode, com as cautelas recomendáveis, partir para a retomada.

Há muito temor quanto a um desequilíbrio na balança comercial em função de um aquecimento da demanda. Mas, como mostram os fatos, isso tem hoje pouca correspondência na realidade, já tendo sido tomadas medidas de salvaguarda. E, além do mais, o País pode contar com uma receita substancialmente engordada pelas exportações de soja, café, suco de laranja, frango, etc.

Existem, portanto, condições para o que o País possa libertar-se de uma política monetária excessivamente restritiva.